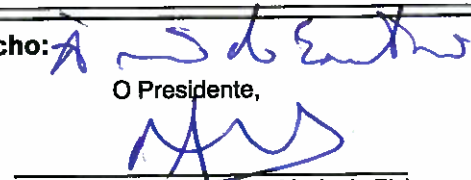


**9. PROPOSTA DE PROCEDIMENTO: CONCURSO PÚBLICO Nº.
CPE.2.18.DMOSM – CONTRATAÇÃO: EMPREITADA DE
"COMPLEXO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DA RODOVIA-
REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEÁRIOS E CONSTRUÇÃO DE
EDIFÍCIO DE APOIO:**

Da **DMOSM** submetendo para aprovação do Executivo Municipal o concurso público mencionado em epígrafe, da proposta de abertura de procedimento de formação e contrato – Concurso público.

DELIBERAÇÃO:**Remeta-se ao Sr. Presidente.**
(Eng.ª Alzira Torres)2018/03/22**Despacho:**
O Presidente,
(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)18/03/22**PROPOSTA DE PROCEDIMENTO: CONCURSO PÚBLICO N.º CPE.2.18.DMOSM****ORGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR:** Câmara Municipal de Braga**PROPOSTA N.º CPE.2.18.DMOSM****PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO – CONCURSO PÚBLICO**

Entidade adjudicante: alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP.

Concurso de Empreitada de Obra Pública adiante descrita, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Contratação: Empreitada de “COMPLEXO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DA RODOVIA – REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEÁRIOS E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE APOIO”.

Vocabulário CPV: 45212200-8 Construção de instalações desportivas	Prazo máximo de execução: 250 dias	Preço Base: €949.419,79
--	---	--

Tornando-se necessário realizar a empreitada supramencionada, cujo projeto de execução da obra apresentado corresponde aos objetivos e expectativa da Câmara, justificada nas informações incluídas no processo do presente procedimento, cujo preço contratual estimado é de **€949.419,79** ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor e dado que a entidade adjudicante não dispõe de recursos próprios adequados à realização interna das prestações que integram o conteúdo essencial do contrato pretendido celebrar, submete-se à consideração superior, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a presente proposta que visa **obter autorização para a referida contratação**, propondo-se ainda o seguinte:

1. A não contratação por lotes, apesar do preço contratual estimado ser superior a €500.000,00, uma vez que as prestações a abranger pelo respetivo objeto são técnica e funcionalmente indissociáveis.

2. Peças do procedimento

Aprovação das peças do procedimento a seguir identificadas:

- i. Minuta do anúncio;
- ii. Programa do procedimento;
- iii. Caderno de encargos;
- iv. Porque o procedimento se destina à formação de um contrato de empreitada, o caderno de encargos é integrado por um projeto de execução, conforme impõe o artigo 43.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*.

3. Parâmetro base

O parâmetro base compreendido no caderno de encargos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, é o seguinte:

- a) O preço base do procedimento será de **€949.419,79**, significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
O preço base foi definido pela entidade adjudicante com suporte em critérios objetivos, nos termos previstos no artigo 47.º do *Código dos Contratos Públicos*, designadamente, preços unitários de artigos idênticos, apresentados no âmbito de outros procedimentos.

4. Prazo para apresentação das propostas

Para a apresentação das propostas, será fixado o prazo de 20 dias a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República*.

5. Designação do júri do procedimento

O Júri do procedimento, terá a composição a seguir indicada, anexando-se à presente as declarações subscritas pelos membros propostos de inexistência de impedimento para assumir as funções indicadas, nos termos previstos no artigo 67.º, n.º 5 do Código dos Contratos Públicos:

Membros efetivos:

Gaspar António Sampaio da Silva (Presidente)
Alzira Torres
Ana Maria Ribeiro Martins

Membros suplentes:

Manuel António Vieira Dantas
Valéria de Araújo Borges

5.1. Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo membro efetivo: Alzira Torres.

6. Gestão do contrato

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada a Paula Pereira, que atuará na supervisão do Diretor de Departamento, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.

7. Delegação de competências

Que ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 109º do CCP, sejam delegadas no Júri ou nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMOSM) as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;

- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

8. Adjudicação da empreitada

A adjudicação será efetuada segundo o critério do mais baixo preço.

9. Cabimento orçamental

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do cabimento n.º 24695 de 08/01/2018.

21 de março de 2018

DMOSM,



(Ana Martins, Eng.ª Civil)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES

Alzira Torres, com Cartão de Cidadão n.º 05952046 9zy0 e domicílio profissional no edifício do Pópulo, na Praça Conde de Agrolongo em Braga, concelho de Braga, na qualidade de trabalhador da Câmara Municipal de Braga, participando como membro do Júri no procedimento de formação de contrato n.º **CPE.2.18.DMOSM**, relativo à empreitada de **"COMPLEXO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DA RODOVIA – REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEÁRIOS E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE APOIO"**, declara não estar abrangido, na presente data, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa.

Mais declara que se durante o procedimento de formação de contrato tiver conhecimento da participação nele de operadores económicos relativamente aos quais possa existir conflito de interesses, disso dará imediato conhecimento ao órgão competente da entidade adjudicante, para efeitos de impedimento ou escusa de participação no procedimento, nos termos do disposto nos artigos 45.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo.

Braga, 22 de março de 2018



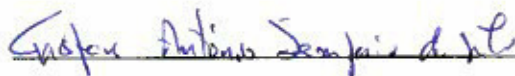
(Alzira Torres)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES

Gaspar António Sampaio da Silva, com Cartão de Cidadão n.º 09780468 1ZX9 e domicílio profissional no edifício do Pópulo, na Praça Conde de Agrolongo em Braga, concelho de Braga, na qualidade de trabalhador da Câmara Municipal de Braga, participando como membro do Júri no procedimento de formação de contrato n.º **CPE.2.18.DMOSM**, relativo à empreitada de **"COMPLEXO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DA RODOVIA – REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEÁRIOS E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE APOIO"**, declara não estar abrangido, na presente data, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa.

Mais declara que se durante o procedimento de formação de contrato tiver conhecimento da participação nele de operadores económicos relativamente aos quais possa existir conflito de interesses, disso dará imediato conhecimento ao órgão competente da entidade adjudicante, para efeitos de impedimento ou escusa de participação no procedimento, nos termos do disposto nos artigos 45.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo.

Braga, 22/03/2018



(Gaspar António Sampaio da Silva)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES

Ana Maria Ribeiro Martins, com Cartão de Cidadão n.º 10752004 4ZY8 e domicílio profissional no edifício do Pópulo, na Praça Conde de Agrolongo em Braga, concelho de Braga, na qualidade de trabalhador da Câmara Municipal de Braga, participando como membro do Júri no procedimento de formação de contrato n.º **CPE.2.18.DMOSM**, relativo à empreitada de **"COMPLEXO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DA RODOVIA – REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEÁRIOS E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE APOIO"**, declara não estar abrangido, na presente data, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa.

Mais declara que se durante o procedimento de formação de contrato tiver conhecimento da participação nele de operadores económicos relativamente aos quais possa existir conflito de interesses, disso dará imediato conhecimento ao órgão competente da entidade adjudicante, para efeitos de impedimento ou escusa de participação no procedimento, nos termos do disposto nos artigos 45.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo.

Braga, 22/03/2018



(Ana Maria Ribeiro Martins)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES

Manuel António Vieira Dantas, com Cartão de Cidadão n.º 09314317 6ZY7 e domicílio profissional no edifício do Pópulo, na Praça Conde de Agrolongo em Braga, concelho de Braga, na qualidade de trabalhador da Câmara Municipal de Braga, participando como membro do Júri no procedimento de formação de contrato n.º **CPE.2.18.DMOSM**, relativo à empreitada de **"COMPLEXO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DA RODOVIA – REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEÁRIOS E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE APOIO"**, declara não estar abrangido, na presente data, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa.

Mais declara que se durante o procedimento de formação de contrato tiver conhecimento da participação nele de operadores económicos relativamente aos quais possa existir conflito de interesses, disso dará imediato conhecimento ao órgão competente da entidade adjudicante, para efeitos de impedimento ou escusa de participação no procedimento, nos termos do disposto nos artigos 45.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo.

Braga, 22/03/2018

(Manuel António Vieira Dantas)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES

Valéria de Araújo Borges, com Cartão de Cidadão n.º 10438274 0ZX7 e domicílio profissional no edifício do Pópulo, na Praça Conde de Agrolongo em Braga, concelho de Braga, na qualidade de trabalhador da Câmara Municipal de Braga, participando como membro do Júri no procedimento de formação de contrato n.º **CPE.2.18.DMOSM**, relativo à empreitada de **"COMPLEXO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DA RODOVIA – REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEÁRIOS E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE APOIO"**, declara não estar abrangido, na presente data, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa.

Mais declara que se durante o procedimento de formação de contrato tiver conhecimento da participação nele de operadores económicos relativamente aos quais possa existir conflito de interesses, disso dará imediato conhecimento ao órgão competente da entidade adjudicante, para efeitos de impedimento ou escusa de participação no procedimento, nos termos do disposto nos artigos 45.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo.

Braga, 22/03/2018

(Valéria de Araújo Borges)